

A internacionalização da Amazônia

Carlos de Meira Mattos

A tese da internacionalização da Amazônia nada tem a ver com as razões ecológicas que agora são levantadas. É uma tese cíclica, que sob pretextos vários — direito exploratório da natureza, necessidade de espaço demográfico, liberdade de navegação nos grandes rios e, agora, ecologia —, após uma fase de esquecimento, volta sob a forma de pressões políticas sobre o governo do Brasil.

Na grande bacia internacional de 7.000.000 quilômetros quadrados, o território brasileiro ocupa 5.000.000 km² e domina sua boca.

A projeção geográfica da Amazônia foi traduzida com clareza extraordinária pelo escritor amazonense Samuel Benchimol:

"Numa cosmovisão da Terra tomada do planeta Marte, a grande região amazônica seria vista com a seguinte representatividade:

- 1/20 da superfície terrestre;
- 4/10 da América do Sul;
- 3/5 do Brasil;
- 1/5 de disponibilidade mundial de água doce; e
- 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas."

Esta imensidão geográfica não poderia deixar de ser objeto de ambição das nações ricas e poderosas do mundo, instrumentadas com maior capital e tecnologia, cujo sentimento de expansão muitas vezes se esconde sob o véu de missões messiânicas a serviço da humanidade.

Num rápido retrospecto histórico veremos que a tese da internacionalização da Amazônia já foi motivo de pressão sobre o governo brasileiro em ocasiões várias, desde nossa independência. Senão vejamos.

Logo após a nossa emancipação política aumentaram as pressões internacionais visando a assegurar a livre navegação internacional dos rios do sistema amazônico. Nesse sentido, agências consulares da França, Inglaterra e Estados Unidos foram abertas em Belém e Manaus. Em seguida, em nome do princípio da livre navegação internacional dos grandes rios, iniciam-se as tentativas, na Europa e nos Estados Unidos, visando à criação de empresas de navegação para explorar a imensa bacia. Nos Estados Unidos, em meados do século XIX, foi criada a The Amazon Steam Navigation Company, incorporada pela firma Le Roy, Bayard e Co. A chegada do primeiro barco da empresa norte-americana provocou enorme celeuma e protestos. O então governador do Pará convocou grande assembleia ao Palácio para decidir se devia se permitir subir o barco o rio Amazonas, sem permissão expressa do governo imperial. Foi decidido que não; a viagem inaugural foi interrompida e o assunto voltou às lides das pressões diplomáticas.

Diz o nosso escritor Arthur Reis, grande especialista em assuntos amazônicos: "Tomou corpo nos Estados Unidos a alegação de que o Brasil cometia um tremendo crime contra a humanidade com a política chinesa, denominação que deu à nossa atitude, da porta fechada aos barcos estrangeiros, que vinham trazer civilização e não pôr em perigo a soberania nacional."

Interpretando suas apreensões diante do clima de pressão que passou a viver em Washington, nosso embaixador Teixeira de Macedo, em carta dirigida ao ministro das Relações Exteriores Soares de Souza, datada de 14 de novembro de 1850, conservada no Museu de Petrópolis, escreve o seguinte:

"A pretensão do governo americano de fazer explorar por sua conta, e por seus engenheiros e naturalistas, o rio das Amazonas, suas margens e tributários, envolve como consequência necessária a pretensão de obter a livre navegação deles para sua bandeira."

Dirigiu o movimento a favor da abertura do rio Amazonas e seus afluentes à navegação internacional o tenente Matthew Fontaine Maury, da Marinha norte-americana, Superintendente dos Serviços Hidrográficos e astrônomo do Observatório Naval de Washington. Em campanha iniciada em 1850, Maury, em artigos publicados nos principais jornais do seu país e da Inglaterra, e no seu livro de grande divulgação *The Amazon River and Atlantic Slopes of South America*, editado em 1853, sustentava a tese de que a Amazônia não poderia permanecer fechada para a humanidade. Argumentava Maury, em memorial endereçado ao seu governo, que o espaço amazônico estava aguardando as raças fortes e decididas para a empresa de sua conquista científica e econômica. Maury organizou uma expedição dos capitães William Lewis Herdon e Lardner Gibbon aos rios amazônicos, da qual resultou um livro de dois volumes que despertou o maior interesse; foi editado pelo governo de Washington e difundido entre vários países (1851 e 1852).

A ação de Maury contra os interesses soberanos do Brasil não se limitou aos Estados Unidos, reanimou também antigas pretensões "científicas" inglesas e alemãs, como nos lembram nos seus livros os dois grandes amazonólogos Arthur Reis e Leandro Tocantins.

Cessado esse período de pressões, nova carga sobre nossa diplomacia repetiu-se no fim do século passado e primeiros anos do atual: A motivação que acalentava a idéia da internacionalização da Amazônia não era mais a livre navegação dos rios; agora eram os imperativos científicos.

Conta o nosso chefe de Legação em Berlim, o Barão do Rio Branco, que em entrevista com o ministro do Exterior da Alemanha, Barão Oswald Richtofen, este lhe declarou: "Seria conveniente que o Brasil não privasse o mundo das riquezas naturais da Amazônia." (Ofício de Rio Branco ao ministro Olinto de Magalhães, 1902). Antes disto uma canhoneira alemã havia subido o rio Amazonas em missão de reconhecimento científico.

Mais ou menos nessa mesma época, nosso embaixador em Washington, o ministro Assis Brasil, transmitia ao ministro Olinto de Magalhães sua entrevista com o secretário de Estado John Hay. Disse-lhe Hay: "Não vejo perigo, sr. ministro, para a soberania das nações americanas, no fato de companhias industriais se instalarem para o desenvolvimento das terras que jazem incultas." Nessa ocasião, o Brasil envolvido na crise acreana resistia às pressões norte-americanas, inglesas, francesas, para permitir a instalação em nosso território das famosas *chartered companies*, principal instrumento usado na colonização da África.

Pouco antes da entrevista e da declaração do secretário de

Estado John Hay, o capitão americano Todd, no comando da canhoneira *Wilmington* (1899), havia criado desagradável incidente diplomático e manifestações de protesto popular em Manaus, por ter forçado a subida do rio Amazonas antes que o governador do Estado do Amazonas recebesse a autorização do Itamarati para a viagem até Iquitos no Peru.

Na primeira metade deste século a questão da superpopulação em alguns países asiáticos, principalmente Japão, estimulou estudos internacionais visando a uma redistribuição da população mundial. Novamente a tese da internacionalização da Amazônia voltou à baila. É conhecido o projeto japonês de deslocamento e fixação de vultosa população na Amazônia. Este projeto, divulgado no Brasil nos anos 30, provocou protestos na imprensa e no Congresso, mas o governo de Tóquio sempre procurou dele se desvincular, afirmando que se tratava de estudos de sociedades privadas.

Após a 2ª Guerra Mundial, entre os organismos de cooperação ao entendimento internacional criados em torno da Organização das Nações Unidas, estava a Unesco (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) destinada a levar os benefícios da ciência a todos os países.

Movido pelo espírito de cooperação científica, o brasileiro professor Paulo Berredo Carneiro, nesse representante na Unesco, elaborou uma proposta de desenvolvimento de pesquisas na Amazônia, contando com o apoio técnico e financeiro dessa organização internacional. Essa proposta, apoiada pelos representantes dos países amazônicos, foi acolhida pela Unesco e tomou a denominação de Instituto Internacional da Hileia Amazônica.

Em 1945, o prof. Paulo Carneiro apresentou o plano preliminar da Hileia ao governo brasileiro. Em seguida, a proposta do Instituto da Hileia foi apresentada e aprovada na 1ª Conferência Geral da Unesco em Paris (1946).

Após reuniões sucessivas dos órgãos da Unesco, em Belém, México e Iquitos (Peru), foi aprovado o convênio internacional que criaria o instituto (1948), que deveria ser submetido à ratificação dos governos com territórios na área amazônica.

Divulgados os termos do convênio, começaram a surgir as críticas e reservas nacionais ao projeto internacional da Unesco. Levanta-se, novamente, a suspeita de que o convênio apresentava, sob nova forma, a velha intenção de internacionalização da Amazônia.

No Brasil, as críticas suscitadas, pela imprensa e em discursos parlamentares, lezaram a Comissão de Segurança Nacional da Câmara dos Deputados a solicitar o parecer do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

No seu parecer, o EMFA, após louvar a idéia de cooperação científica, impunha certas limitações ao texto do convênio visando a preservar os direitos soberanos dos estados amazônicos. Entre estas restrições, observava, por exemplo: — as atribuições executivas asseguradas ao organismo internacional criado; o privilégio das imunidades dadas "a bens e pessoas vinculados às suas atividades e serviços", assumindo assim o aspecto de uma "autarquia internacional", com jurisdição sobre um território que abrangia quase a metade do Brasil; o fato de o diretor do instituto, escolhido pelo conselho, poder vir a ser de qualquer dos países membros da Unesco, e não apenas de um dos países amazônicos.

O parecer do EMFA concluía com a seguinte observação: "As demais nações participantes, particularmente as não amazônicas, recebem o tratamento igual ao Brasil, gozam de todos os direitos e privilégios, mas são isentas de qualquer ônus ou risco, tudo isto numa época em que vemos essas nações, temerosas por uma possível restrição de sua soberania, cercarem de uma série de garantias sua anuência ao Pacto Atlântico, em consequência do qual irão receber substancial ajuda, elemento este ausente da Convenção de Iquitos."

As restrições do EMFA puseram água fria no entusiasmo científico de ingéniosos homens de ciência brasileiros que defenderam o Instituto da Hileia cuja estruturação política acabou escapando-lhe das mãos.

Aproveitaram-se os velhos defensores da internacionalização da Amazônia para se apropriarem das intenções puras de cientistas brasileiros para instrumentarem o projeto da Unesco dentro dos seus propósitos políticos.

Nessas circunstâncias o Congresso Nacional decidiu suspender qualquer decisão sobre a ratificação do Convênio da Hileia e o assunto morreu.

Ultimamente, a tese de internacionalização da Amazônia vem reaparecendo sob nova roupagem — defesa da ecologia. A tese já armou uma cruzada de roqueiros famosos, cientistas, associações e organismos internacionais, particularmente dos países representantes das "raças fortes e decididas para a empresa de sua conquista científica e econômica", como escrevia Maury, superintendente dos Serviços Hidrográficos de Washington, em memorial dirigido ao seu governo, em 1853.

O pretexto é outro: — a devastação da Amazônia ameaça a estabilidade do meio ambiente mundial. Sabem todos os cientistas que a devastação da floresta amazônica; que nós brasileiros devemos evitar, não é a responsável pela poluição do planeta, se o for, é em percentagem mínima. As grandes poluições de nossa atmosfera são as fábricas, usinas e veículos a motor do 1º Mundo, e a maior ameaça de destruição que pende sobre a humanidade é o colossal arsenal de armas nucleares das chamadas superpotências, cujos governos se mostram tão preocupados com os "perigos para a humanidade do desmatamento da Amazônia".

É interessante de se observar que a tese é sempre a mesma "internacionalização da Amazônia"; são sempre os mesmos atores, desempenhando o mesmo papel.

Só trocam de cenário — ora é patrimônio científico da humanidade, ora navegação internacional dos grandes rios "dos outros", ora a necessidade de matérias-primas para o progresso da civilização, ora a conquista da tecnologia e, por fim, a verde ecologia dos roqueiros.

O lamentável é que governos de nações amigas acabem cedendo às pressões de grupos que defendem seus próprios interesses econômicos ou, em outros casos, se deixam embalar por ingénuas teses humanitaristas.

Carlos de Meira Mattos, general reformado, é professor de Ciência Política na Universidade Mackenzie, São Paulo